



DECLARAÇÃO DE BERLIM: TRANSFORMAR O TURISMO

PREÂMBULO

Nós, em torno de 30 participantes da sociedade civil de 19 países de África, Ásia, Europa e América Latina, representantes de organizações não governamentais, movimentos populares e Academia, nos reunimos entre 3 e 6 de março de 2017 porque estamos comprometidos com o cumprimento da visão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por um mundo mais justo, inclusivo e equitativo. Como especialistas e profissionais em turismo, bem como turistas, nos preocupa o fato de que o modelo atual e dominante de turismo não é capaz de dar o suporte necessário à transformação do mundo prevista pela Agenda 2030. Pelo contrário, em muitos casos este modelo tem promovido exploração de pessoas, prejuízos às comunidades locais, violação de direitos humanos e degradação da natureza. Não é possível transformar o nosso mundo sem transformar o turismo. Com essa declaração queremos não apenas encorajar a reflexão e o debate, mas também exigir atividades concretas e ações urgentes.

1. REFLEXÕES DA AGENDA 2030

1.1 A inclusão específica do turismo na Agenda 2030 é uma demonstração da relevância global do setor, mas, ao mesmo tempo, cria a obrigação de transformar o modelo de negócio consumptivo vigente que é incompatível com o desenvolvimento sustentável.

1.2 Apesar da retórica da transformação através da Agenda 2030 ser muito potente, nos preocupa que a sua implementação através dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável não seja suficientemente ambiciosa. Alguns objetivos e indicadores de progresso são vagos e inadequados, outros, incluindo os indicadores relacionados com o turismo, estão indevidamente focados em um paradigma de desenvolvimento pouco regulado e contraditório.

1.3 A Agenda 2030 é mais que a soma de 17 objetivos. Evidências suprimidas e indicadores irrelevantes dificultam a mudança necessária. A complexidade e a interdependência da agenda 2030 nos lembra que precisamos ser habilidosos, honestos, claros, criativos e transformadores. Como uma indústria transversal, o turismo tem um impacto enorme no cotidiano da população local, comunidade e trabalhadores, assim como no meio ambiente e na cultura e, portanto, tem uma enorme responsabilidade.

1.4 O turismo é mencionado na Agenda 2030 quatro vezes, contudo o termo é fortemente contestado pelas organizações da sociedade civil pela falta de enfoque centrado nas pessoas. Apenas um turismo que contribua à melhoria da qualidade de vida das populações locais, à dignidade dos trabalhadores, à integridade do meio ambiente e à eliminação de todo o tipo de exploração, desigualdades e pobreza, será uma opção válida para o desenvolvimento sustentável. Se ele ignora essa responsabilidade, torna-se uma ameaça ao desenvolvimento sustentável e não uma ferramenta. Tendo em vista que o desenvolvimento do turismo não é um fim em si mesmo, todos os esforços devem se concentrar em transformar esse turismo.



1.5 É bem vindo o compromisso da comunidade internacional com a visão de transformar nosso mundo. No turismo, a comunidade internacional deve se responsabilizar pela aplicação e monitoramento dos 17 objetivos.

2. ATUAL DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

2.1 Embora o turismo continue a crescer, só uma pequena minoria tem o privilégio de viajar atualmente. Não obstante, os efeitos negativos, diretos ou indiretos da atividade, são sentidos pela maioria da população do mundo. Esse fato nos faz questionar a justiça da atividade. Um crescimento descontrolado é propiciado por uma gestão e regulação ineficazes em níveis internacional, nacional e local. Isso aumenta as desigualdades existentes e problemas como a exploração do trabalho, remoção de comunidades, mercantilização de culturas, esgotamento de recursos naturais e, de forma geral, ameaça as futuras gerações. Os direitos das mulheres, crianças, minorias e povos indígenas se tornam particularmente vulneráveis devido à dinâmica turística.

2.2 As mudanças climáticas são mais fortemente percebidas pela população mais pobre do mundo. O turismo é, ao mesmo tempo, um vetor e uma vítima das mudanças climáticas. É urgente repensar o atual modelo do turismo que depende cada vez mais das viagens aéreas e de curta duração, o que definitivamente não contribui para o desenvolvimento sustentável.

2.3 Nos preocupa a forma como as soluções tecnológicas são superestimadas em detrimento de mudanças de comportamento e no desenvolvimento de produtos para diminuição significativa das emissões de gases e do efeito estufa.

2.4 Apesar dos avanços tecnológicos terem permitido aos pequenos negócios no turismo e iniciativas comunitárias conectar diretamente com seus clientes potenciais, há uma grande preocupação com a crescente mercantilização das relações sociais e da interação.

2.5 Modelos de participação acionária cada vez mais complicados, cadeias de valor complexas e modelos financeiros que ignoram as externalidades exigem maior regulação, transparência e monitoramento. Estamos, portanto, preocupados que essa tendência à desregulamentação contribua para um déficit democrático, leve à exclusão de pequenos negócios locais e piore a já precária situação das condições trabalhistas no turismo, incluindo uma crescente terceirização. Além disso a economia compartilhada disruptiva pode levar a um alto nível de insegurança para os trabalhadores.

2.6 Nos preocupa também a tendência mundial de diminuição do espaço da sociedade civil, especialmente os defensores dos direitos humanos e os jornalistas críticos. Eles lutam por direitos de propriedade e contra remoções, por bem-estar social, proteção aos direitos dos trabalhadores, igualdade de gênero, proteção à criança e direitos dos povos indígenas, temas que estão fortemente relacionados aos desafios do desenvolvimento do turismo sustentável.



3. POR TANTO, DECLARAMOS QUE OS SEGUINTE PRINCÍPIOS BÁSICOS DEVEM SER DEVIDAMENTE CONSIDERADOS:

3.1 Os direitos humanos e a autonomia das comunidades devem estar no centro de qualquer desenvolvimento turístico. Isto inclui o direito à participação significativa e consulta, incluindo o consentimento livre, prévio e informado sobre se, em que extensão e de que forma o turismo irá acontecer.

3.2 Se o turismo é desenvolvido, deve procurar uma distribuição ampla e justa dos benefícios econômicos e sociais nas comunidades receptoras, incluindo questões como melhoria da economia local, a qualidade de vida e a equidade social.

3.3 O turismo deve ser uma experiência igualmente benéfica para os visitantes e as populações receptoras a fim de que funcione como uma força de entendimento mútuo, empatia e respeito.

4. RECOMENDAÇÕES

4.1 Apesar da comunidade internacional ter se comprometido a cumprir a Agenda 2030, nos preocupa que a mudança do poder das instituições públicas para os interesses do setor privado impossibilitem a transformação almejada.

4.2 O alcance de um mundo justo e equitativo, bem como a plena aplicação da Agenda 2030, dependem de vontade política, de uma visão crítica e um desenvolvimento mais profundo dos processos de governança existentes, das práticas empresariais, do comprometimento de viajantes, da mídia, da educação e da sociedade civil.

4.3 No que se refere à execução da Agenda 2030, ainda falta coerência e uma estrutura de governança adequada no turismo. Enquanto outras organizações das Nações Unidas já incorporaram mecanismos que permitam a participação significativa da sociedade civil, incluindo os mecanismos de denúncia e monitoramento, na OMT estes instrumentos ainda precisam ser desenvolvidos. O ano de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento demanda a revisão urgente dessas estruturas e o desenvolvimento desses mecanismos.

4.4 Demandamos que os **governos locais, nacionais e internacionais**:

- » Garantam a participação da sociedade civil e das comunidades afetadas pelo turismo em todos os níveis de planejamento, tomada de decisão nos negócios, gestão de destinos e monitoramento de processos. As comunidades locais devem se beneficiar da renda gerada pelo turismo.
- » Desenvolvam mecanismos amplos e coerentes de monitoramento considerando a contribuição do turismo para o alcance da visão da Agenda 2030 de forma a fortalecer os impactos positivos e reduzir os impactos negativos.
- » Implementem os princípios de igualdade de gênero, empoderamento comunitário e direitos humanos tanto na política como no desenvolvimento do turismo.
- » Introduzam regulamentação juridicamente vinculativa sobre a responsabilidade das empresas, incluindo a apresentação de relatórios elaborados com sólidos



mecanismos de reforço em conformidade com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas.

- » Eliminem os subsídios que geram efeitos negativos para o clima e acabam provocando distorções no mercado que incentivam práticas predatórias no turismo ao invés de opções de viagem mais sustentáveis.
- » Garantam um gerenciamento de recursos responsável que leve em consideração os impactos negativos do excesso de turistas e respeite a capacidade de carga ambiental e social.
- » Eliminem as desvantagens estruturais e criem um ambiente favorável para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, bem como iniciativas comunitárias.
- » Criem ou reforcem uma legislação que garanta trabalho decente e justo que permita uma vida digna.
- » Garantam justiça tributária através da implementação de regimes efetivos de tributação e mecanismos justos de distribuição.
- » Criem oportunidades de educação e de aprendizagem contínua que permitam o desenvolvimento de carreiras, melhoria de competências pessoais e profissionais e desenvolvimento de uma consciência cultural e compreensão intercultural.

4.5 Esperamos que a **indústria do turismo**:

- » Alinhe os processos de gestão com todos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas. Desenvolva os devidos processos de diligência, estabeleça indicadores-chave de desempenho, monitore regularmente e faça relatórios públicos que permitam uma avaliação independente.
- » Comprometa-se com a gestão transparente, justa e rastreável da cadeia de fornecedores, incluindo uma política de precificação clara e acessível.
- » Desenvolva e implemente planos para reduzir o consumo bruto de recursos como água e energia, bem como as emissões de gases de efeito estufa e os volumes de resíduos.
- » Adquiria e contrate localmente para ajudar a integrar e fortalecer os mercados locais.
- » Possibilite o diálogo e o intercâmbio regular com a sociedade civil e as comunidades locais, assegurando seu acesso à terra e recursos.
- » Consulte os atores da cadeia de fornecimento, incluindo os trabalhadores e garanta os direitos trabalhistas, incluindo a liberdade de associação.
- » Invistam em pesquisa e desenvolvimento para minimizar e mitigar os efeitos negativos de sua operação.

4.6 Chamamos os turistas a assumir a responsabilidade por suas escolhas de viagem através de atitudes como: respeitar as comunidades de acolhimento e sua cultura; usar conscientemente os recursos locais limitados; apoiar a economia local e, acima de tudo, respeitar os direitos humanos.

4.7 Esperamos que a mídia investigue de forma crítica, independente e precisa as questões relacionadas ao turismo.

4.8 Clamamos por pesquisas acadêmicas, ensino e programas de aprendizado que promovam uma compreensão profunda dos temas do turismo relacionados à justiça global, sustentabilidade e desenvolvimento internacional.



5. 2017 ANO INTERNACIONAL DO TURISMO SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO E ALÉM: UM CONVITE À AÇÃO

5.1 Estudos empíricos, pesquisas acadêmicas, estudos de caso e nossas próprias experiências mostram que o turismo tal qual conhecemos hoje compromete seriamente a realização da Agenda 2030.

5.2 Ajustes modestos nas questões sócio-econômicas e ecológicas da produção, muitas vezes apresentados como turismo “sustentável” ou “responsável” não irão promover a mudança necessária. Para que o turismo contribua realmente para o desenvolvimento sustentável uma transformação fundamental do turismo em si é essencial e urgente.

5.3 Encorajamos fortemente que você, seja como turista, operador, gestor público ou comunidade local, contribua com a transformação do turismo. As gerações futuras nos julgarão por nossas ações. Agora é a hora da mudança.

Berlim, março de 2017

Esta declaração foi criada e acordada pelos participantes da Conferência de Berlim: Transformar o Turismo. Algumas organizações e pessoas já endossaram e outras estão no processo de aprovação formal. A Declaração está aberta à assinatura de outras organizações e pessoas interessadas.

Adama Bah, Institute of Travel and Tourism of the Gambia (Gambia); Andy Rutherford and Libby Blake, Fresh Eyes - People to People Travel (Reino Unido); Cesare Ottolini, International Alliance of Inhabitants (Itália); Christina Kamp, jornalista especializada (Alemanha); Christine Plüss, akte - Working Group on Tourism and Development (Suíça); Claudia Mittemeder, Institute on Tourism and Development (Alemanha); Ernest Canada, Alba Sud (Espanha); Frans de Man, Stichting Retour (Holanda); Helena Myrman, Schyst Resande (Suécia), Herman Kumara, National Fisheries Solidarity Movement (Sri Lanka); Humberto Rodríguez Mercado, Fundación Renacer (Colômbia); Katrin Karschat, Naturefriends International (Áustria); Kevin Curran, Unite - the Union, London Hotel Branch (Reino Unido); Ko Nyunt, Myanmar Responsible Tourism Institute (Myanmar); Ma Rosalie Abeto Zerrudo, College of Technology/CLASE, University of San Agustin (Filipinas); Mamadou Mbodji, Naturefriends Africa (Senegal); Maria Youngsin Lim and Juhee Shin, Imagine Peace (Coreia do Sul); Mariana Madureira, Projeto Bagagem (Brasil); Professor Marina Novelli, Centre of Sport, Tourism and Leisure Studies (COSTALS) School of Sport and Service Management, University of Brighton (Reino Unido/Itália); Mark Watson, Tourism Concern (Reino Unido); Matías Bosch, Juan Bosch foundation/APEC (República Dominicana); Mechtild Maurer, Ecpat (Alemanha); Om Sophana, Mlup Baitong (Cambódia); Rebecca Armstrong, Equality in Tourism (Reino Unido); Sumesh Mangalasseri, Kabani - the other direction (Índia); Theo Noten, ECPAT (Holanda); Yves Bowie, Society of Threatened Peoples (Suíça), Antje Monshausen e Laura Jaeger, Tourism Watch (Alemanha).

(Tradução para o português: Mariana Madureira)

Para mais informações, por favor, entre no site www.transforming-tourism.org